

## Macroeconomia

## Questões fiscais

Rogério Mori\*

UM DOS grandes desafios do novo governo remonta à reconstrução de uma política fiscal que promova uma reversão do quadro de piora das contas públicas verificado nos últimos anos.

De fato, a trajetória dos resultados fiscais no governo Lula revela uma diminuição progressiva do esforço fiscal na geração de resultados primários. Esse fenômeno é uma clara decorrência de aumentos graduais do lado das despesas ante os crescimentos mais moderados do lado da arrecadação ao longo dos últimos anos.

Essa situação, particularmente, se agravou a partir de 2009, quando o superávit primário do setor público despencou de 3,42% do PIB no ano anterior para apenas 2,24% do PIB naquele ano. Esse efeito foi uma clara decorrência dos esforços do governo para combater os efeitos mais perversos da crise, com a prática de uma política fiscal expansionista para estimular a demanda agregada, conjugado à queda da arrecadação por conta de isenções fiscais e menor ritmo da atividade econômica.

Ainda assim, mesmo passando os efeitos mais graves sobre a economia brasileira oriundos da crise financeira internacional, os resultados fiscais continuaram fracos. Em 2010, mesmo com o crescimento de mais de 7% do PIB brasileiro, o que proporcionou uma arrecadação fiscal considerável, e com o fim das isenções tributárias, o superávit primário do setor público acumulado até novembro do ano passado era de apenas 2,74%, significativamente inferior ao patamar verificado nos anos pré-crise.

O novo governo enfrenta um claro desafio nesse sentido, ou seja, reverter a trajetória

fiscal, forçando um novo ajuste das contas públicas. O grande desafio, nesse contexto, seria promover esse ajuste sem uma nova elevação da carga tributária brasileira.

De fato, desde 1998, o ajuste fiscal brasileiro foi centrado na elevação da carga tributária, focado nos aumentos das contribuições. Essa prática, iniciada no segundo mandato do presidente Fernando Henrique, foi mantida pelo governo Lula, e a carga tributária brasileira atingiu níveis recordes por sucessivos anos. Nesse sentido, a necessidade de um novo ajuste impõe um desafio considerável ao novo governo, ou seja, romper com essa prática.

Isso significa que uma melhoria nas contas públicas do lado do resultado primário passaria, necessariamente, por um esforço de contenção da expansão dos gastos públicos. Tal fenômeno representaria uma mudança considerável no contexto da condução da política fiscal brasileira e teria efeitos extremamente positivos do lado da percepção dos riscos associados à sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. A equipe econômica do novo governo tem dado mostras de tentar orientar a política fiscal nesse sentido.

Também é importante ressaltar que um ajuste fiscal dessa natureza traria efeitos extremamente benéficos para a condução da política monetária brasileira. Neste momento, as pressões inflacionárias mostram-se consideráveis, e os riscos de desvios da inflação em relação à meta estabelecida é uma realidade concreta. Em face desses elementos, o Banco Central terá de promover apertos monetários nos primeiros meses de 2011 como forma de tentar conter as pressões inflacionárias.



Sob essa perspectiva, um ajuste fiscal baseado na contenção de gastos públicos diminuiria as pressões do lado da demanda agregada e, com isso, o ajuste do lado monetário teria de ser menos intenso (em outras palavras, a alta da taxa de juros teria de ser menor, com custos menores para o setor privado). Adicionalmente, uma alta menos intensa da taxa de juros exerceria uma atração menor de recursos externos para o Brasil, o que pressionaria menos a cotação do dólar para baixo.

Esse cenário, no entanto, se contrapõe a questões que se desdobram para o novo governo. Não há a perspectiva de cortes de gastos do lado social, e, ao mesmo tempo, existem pressões crescentes para a ampliação de investimentos, em particular ligados à infraestrutura. Esse é um desafio que o novo governo terá de lidar no âmbito da condução da política fiscal. ■

\*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP)